

REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO TERRITORIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDOS DE CASOS

RETHINKING RURAL DEVELOPMENT IN THE TERRITORIAL CONTEXT OF FAMILY FARMS: CASE STUDIES

Erica Karnopp

Universidade de Santa Cruz do Sul - RS - Brasil

RESUMO: em tempos de mudança, até mesmo quando em regiões rurais o futuro parece ser incerto, a análise deste artigo baseou-se principalmente na seguinte problemática: - qual é a importância da agricultura familiar no contexto atual e quais as chances para sua inserção no contexto da globalização? Buscou-se repensar o desenvolvimento rural a partir de estratégias de planejamento regional – estudos de casos. A reestruturação da economia mundial, as crises do sistema político internacional, as grandes ameaças ecológicas, assim como o surgimento de novas tecnologias de produção e de comunicação causam transformações profundas nas sociedades em todo o mundo. Este processo chamado globalização materializa-se em uma nova configuração do sistema mundial sob o controle de poucos, acompanhada da crescente fragmentação da sociedade. Este processo, porém, não se diferencia no espaço rural. Nesse sentido, o presente trabalho pretende refletir sobre o processo de mudança que ocorre nos espaços rurais, focalizando-o a partir de experiências de estudos de casos.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Território. Agricultura familiar.

ABSTRACT: in times of changes, even when the future seems uncertain in rural regions, the analysis of this article based itself mainly on the following question: - What is the relevance of the family farms in the current context and what are the chances that they will be inserted in the globalization context? We seek to rethink rural development by means of regional planning strategies – case studies. The global economic restructuring, the international political crises, the great ecological threats, as well as the emergence of new production and communication technologies, cause thorough transformations in societies around the world. This process, named globalization, materializes itself in a new configuration of the worldwide system, under the control of few people, together with the growing fragmentation of society. The process, however, does not differentiate in the countryside. This way, this study intends to reflect about the process of changes that occurs in rural regions, basing it on experiences of case studies.

Keywords: Rural development. Territory. Family farms.

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário do desenvolvimento rural, baseado no modelo agrícola neoliberal, se desenvolve, por um lado, segundo os interesses de atores externos, ou seja, de fora das próprias regiões. Neste caso as sociedades regionais e a organização espacial estão submetidas a profundas transformações. Por outro lado, observa-se a expansão de atividades em parte não incorporadas aos circuitos econômicos globalizados, assim como a persistência de formas de sobrevivência, também baseados em circuitos regionais. Assim, analisou-se o desenvolvimento rural a partir de duas realidades distintas: a região do Vale do Rio Pardo (Brasil) e a região do Tirol (Áustria/Itália).

Em ambas as realidades – região do Vale do Rio Pardo e região Tirol – o sistema de produção se serve predominantemente de verticalidades e/ou horizontalidades. O sistema de produção que se serve das verticalidades é constituído por redes, estas a serviço daqueles atores que, de fora da área, determinam as modalidades internas de ação nos lugares, organizando o trabalho de todos os outros atores. “As decisões essenciais, concernentes aos processos locais, são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes”, tendo como consequência a alienação das pessoas presentes nos lugares (SANTOS, 2000). As ações horizontais caracterizam os espaços em que a vida cotidiana abrange várias temporalidades, considerando a existência e o interesse de todos e de cada um, dando ênfase às interdependências e às redes de solidariedade entre pessoas, grupos, organizações sociais e econômicas localizadas na região (SANTOS, 1999).

Partiu-se da hipótese de que, embora as horizontalidades e verticalidades constituam dimensões teóricas importantes para a análise territorial, evidenciadas histórica e empiricamente, é a verticalidade das ações o vetor dominante na agricultura familiar da região do Vale do Rio Pardo. As horizontalidades, portanto, imprimem papel fundamental na condução da agricultura familiar na região Tirol.

2 A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL

As transformações promovidas no meio natural pelo meio técnico-científico, acentuadas ao longo do século XX e XXI, tornaram as ações humanas sobre o território cada vez mais marcantes, uma vez que a ciência e a tecnologia passaram a remodelá-lo, transformando e reconfigurando o espaço geográfico, visando atender aos interesses hegemônicos.

Estas transformações representaram um incremento crescente de ciência, tecnologia e informação, o que significou, na prática, a incorporação de avanços no processo produtivo, como a mecanização, a incorporação de novas tecnologias, acelerando as transformações espaciais.

No meio rural, estas transformações significaram a introdução de diversos equipamentos, técnicas de manejo e de cultivo, novos insumos (adubos, sementes, fertilizantes), que praticamente padronizaram as formas de produção, desconsiderando as características locais e regionais, voltadas apenas à obtenção de alta produtividade, através de monoculturas, viabilizadas por um pacote tecnológico baseado na produção agroquímica, conhecido como Revolução Verde.

Atualmente verifica-se que o avanço deste modelo acontece através do uso da biotecnologia (organismos geneticamente modificados/transgênicos), caracterizando a chamada “Revolução Duplamente Verde”¹. Este modelo de produção é contestado pelos seus impactos sobre os ecossistemas, uma vez que a relação estabelecida entre o meio natural e o homem acontece de maneira direta na agricultura. São vários os estudos que comprovam o desperdício, a poluição e a destruição dos recursos naturais utilizados para a produção agrícola, principalmente a água, o solo e a cobertura florestal.

Da mesma maneira deve-se lembrar de que a saúde humana – tanto de produtores rurais, que se expõem diretamente aos agroquímicos, quanto da população em geral, a qual consome produtos muitas vezes com resíduos tóxicos e alimentos com baixos teores

¹ CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectivas de uma nova Extensão Rural. In: ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.) *Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

nutricionais –, é colocada em risco em decorrência dos sistemas agrícolas utilizados.

Segundo o Instituto Agronômico de Campinas,² estima-se que a produção agrícola feita em um hectare no modelo convencional/moderno, desperdiça 25 toneladas de solo por ano. Isto significa uma perda anual de cerca de 1 bilhão de toneladas de solo ou aproximadamente 1 cm da camada superficial do solo no país.

O padrão tecnológico da Revolução Verde mostra sua incompatibilidade com as características locais das diversas regiões do mundo, fato este que motivou a construção de uma nova concepção de agricultura em todo o mundo, visando um modelo de produção alternativo e sustentável, que respeite as características regionais da natureza, da cultura popular e da necessidade de autonomia e de renda das famílias rurais.

Esta agricultura, que se pretende alternativa ao modelo dominante, procura valorizar os conhecimentos locais, as práticas e as experiências dos agricultores, juntamente com as contribuições trazidas por técnicos e pela comunidade científica. Através do diálogo permanente entre estes agentes, será possível fomentar um sistema de produção aberto e flexível, que proporcione e contemple a diversidade social, cultural e ambiental das regiões, propondo um contraponto à homogeneização de saberes, técnicas e materiais, tão característicos da agricultura convencional/moderna.

Neste sentido, levando em consideração o cenário atual de mudanças estruturais que vêm ocorrendo na sociedade e na economia e mesmo nas perspectivas teóricas, o aporte territorial vem obtendo atenção especial.

Segundo Guy Di Méo (1998), “o território é uma construção social, um processo de interação das relações cotidianas e na copresença de pessoas entre elas, com os lugares e os objetos.” Raffestin (1986; 1987; 1993) define o território como um “conjunto de relações mantidas pelos homens, enquanto membros de uma sociedade, com a extensividade e alteridade mediante a ajuda dos mediadores”. Para ambos os autores, o território envolve um processo de interação entre o espaço e a ação humana, que se expressa na forma de uso e nas alterações que a sociedade produz no espaço em que se encontra.

Para Haesbaert (2002), o território não é apenas a expressão do espaço social construído em que ocorre a produção e a interação humana, mas é também um campo de forças onde atuam e operam as relações de poder e dominação.

Portanto, na perspectiva do desenvolvimento rural, a abordagem territorial assume a função de ferramenta para se pensar estratégias de planejamento regional.

3 VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES NO CONTEXTO RURAL

A racionalidade hegemônica global se apresenta como uma ideologia comandada pelos atores hegemônicos do capitalismo, sobretudo as macroempresas. Essa racionalidade é transmitida para a sociedade através das verticalidades, que se espacializam no território como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos, e que estão profundamente adequados às tarefas produtivas hegemônicas. Nas verticalidades predomina o tempo rápido/universal, e os interesses corporativos sobressaem-se sobre os interesses públicos (Santos, 2000).

O sistema de produção que se serve das verticalidades é constituído por redes, estas

² Citado em BEZERRA, Maria do Carmo Lima, VEIGA, José Eli da (Coord.). *Agricultura Sustentável*. MMA, IBAMA, Consórcio Museu Emílio Goeldi. 2000. P.57.

a serviço daqueles atores que, de fora da área, determinam as modalidades internas de ação nos lugares, organizando o trabalho de todos os outros atores. As decisões essenciais, concernentes aos processos locais, são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes, tendo como consequência a alienação das pessoas presentes nos lugares.

Para Santos (1999), a dimensão horizontal corresponde às atividades e às ações que possibilitam a estruturação da vida social: os lugares podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, suscetível de criar normas locais, normas regionais que acabam por afetar as normas nacionais e globais. Justamente, as redes de solidariedade fomentam a coesão social como resposta à marginalização e à exclusão, alternativa às políticas setoriais e ao processo de globalização que muitas vezes não atendem aos interesses de desenvolvimento articulado de determinado território ou região.

Sob essa perspectiva, a dialética no/do território se afirma mediante um controle local da parcela técnica da produção e um controle remoto (global) da parcela política da produção. Assim, há um conflito que se agrava entre um espaço local e um espaço global, este último com um conteúdo ideológico de origem distante, que chega a todos os lugares (SANTOS, 2002).

O território precisa ser interpretado – e não apenas considerado como uma variável de descrição das diferenças na repartição econômica. A interrogação mais forte acerca do território é a que procura compreender a genealogia dos processos socioeconômicos: por que razão se gera ali, e não noutra sítio, dinâmicas ou déficits? Isto implica uma epistemologia do território. Rejeita-se a visão organicista que vê os territórios como derivações, subprodutos, de ordem imanente e se entende que se deve olhar para as sociedades (REIS, 1988).

Somente a partir dos anos 1970 é que se estruturou um pensamento alternativo a esta corrente hegemônica. A concepção teórica e metodológica que preside todas as formulações não conservadoras, a partir daí, é a de que o território é uma produção social, procurando analisar os conflitos que se estruturam e das lutas que se travam em torno deste ambiente construído socialmente. Nenhum recorte espacial poderá ser mais visto como passivo ou mero receptáculo e sem contexto institucional e moldura histórica.

É, portanto, analisando a nova realidade engendrada por obra do processo de globalização, vista por Santos (2002, p. 16) como “um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território”, que ele propõe dois novos recortes analíticos do território: verticalidades e horizontalidades.

Para Santos (1999, p. 227), as verticalidades são “vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado”, segundo uma ordem que impõem para o seu próprio proveito. O mesmo autor associa as relações verticais com as chamadas forças centrífugas, que tendem a se afastar do centro (território em que se instalam), no sentido de que somente ali permanecem enquanto dali puderem extrair vantagens não alcançadas em outros territórios. Por essas razões, elas são consideradas como movimentos geradores de desagregação e fatores de divergência, tendendo a engendrar processos de verticalização.

Segundo Santos (1999, p. 227),

as horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

Se as relações verticais se associam às forças centrífugas, as relações horizontais se associam às forças centrípetas, pois tendem ao centro (ao próprio território) e, por isso, se constituem como movimentos de agregação e fatores de convergência e de solidariedade, tendendo a engendrar processos de horizontalização.

4 ESTUDOS DE CASOS: O OBJETO EMPÍRICO DE ANÁLISE

O objeto empírico de análise deste artigo está alicerçado em duas regiões: a região do Vale do Rio Pardo, localizada no centro do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, que tem sua base econômica na produção e no beneficiamento do tabaco, processo no qual a agricultura familiar tem papel de destaque; a região Tirol, região histórica da parte ocidental da Europa Central, que inclui na Áustria o Estado do Tirol e na Itália a província autônoma italiana de Bolzano na região autônoma do Trentino-Alto Adige (*Trentino-Südtirol*).

4.1 Desenvolvimento rural no contexto da região do Vale do Rio Pardo

A Região do Vale do Rio Pardo tem sua base econômica alicerçada na produção e no beneficiamento do tabaco. Entretanto, esta atividade não se encontra equitativamente distribuída entre os municípios da região em decorrência do processo de formação e das características socioculturais, políticas e econômicas que marcam esse processo. Com aproximadamente 40% de sua população vivendo e trabalhando no meio rural, em pequenas unidades de produção familiares, com tamanho médio de 18 ha, a região vem se defrontando com sérias consequências decorrentes do intenso uso de agrotóxicos na cultura do tabaco.

Com relação aos aspectos socioeconômicos da região do Vale do Rio Pardo, cabe destacar que os municípios que compõem a região ocupam 5,09% da área total do Estado do Rio Grande do Sul. Cabe salientar também que a região apresenta marcante diferenciação interna, decorrente basicamente do processo de colonização e do uso das terras. Isto faz com que a variação de taxas referentes à concentração fundiária, à densidade demográfica, à taxa de urbanização, entre outros índices, seja muito significativa dentro da região (Figura 1).

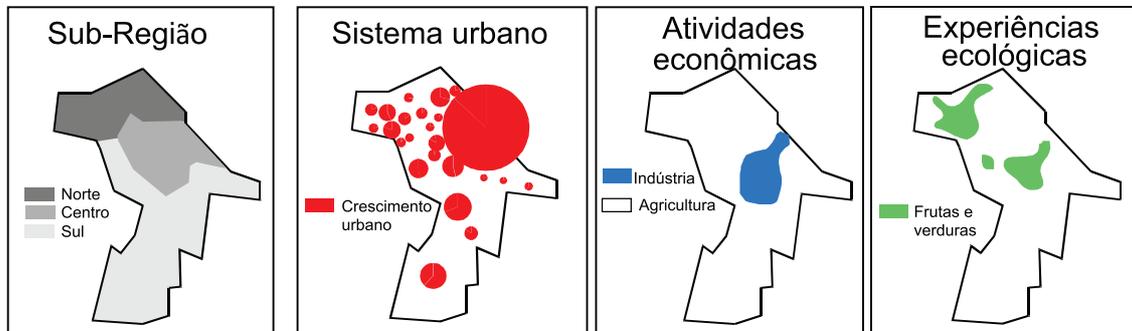
Ao observar o processo de formação da região do Vale do Rio Pardo e suas características socioculturais, políticas e econômicas, pode-se identificar a existência, atualmente, de três sub-regiões dentro da região:

- a) Norte: área de predomínio da pequena e média propriedade, com sérios problemas relacionados a alternativas econômicas que possibilitem a (re)produção do minifúndio;
- b) Centro: constituída de pequenas propriedades é marcada pelo polo industrial e comercial de Santa Cruz do Sul e cidades vizinhas;
- c) Sul: área abrangida por médias e grandes propriedades, com o predomínio das atividades agropastoris, voltadas principalmente à pecuária e orizicultura. A densidade demográfica nas áreas rurais é pequena, típica de regiões de latifúndios.

Deve-se, entretanto, levar em conta que a população se encontra desigualmente distribuída, concentrando-se predominantemente no centro da região, ou seja, na porção industrializada, a qual abrange os municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz e Rio Pardo, formando o Complexo Fumageiro da Região. O município de Sobradinho,

mesmo não possuindo potencial industrial, também tem uma densidade demográfica relativamente alta, decorrente de sua condição de subcentro regional.

Figura 1 - Estrutura espacial da região do Vale do Rio Pardo



Fonte: Elaborado pela autora.

Na região as experiências para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável ainda são bastante incipientes, tendo em vista que a produção do tabaco ainda confere a continuidade do desenvolvimento de uma agricultura familiar baseado nos princípios formatados pela “Revolução Verde”. A transição da agricultura convencional para a orgânica norteia-se num processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção a um modelo ou estilo de agricultura que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica. O processo de produção do tabaco – plantio, comercialização e industrialização – é controlado pelas empresas transnacionais. Na economia da maior parte dos municípios da região do Vale do Rio Pardo o tabaco é o produto mais importante, mas o retorno gerado pelo beneficiamento e pela exportação do tabaco só se realiza nos municípios que sediam as transnacionais. Estes municípios se beneficiam dos impostos sobre o tabaco, aumentando a disparidade econômica entre os municípios que não se beneficiam da industrialização, os quais são meros produtores de matéria-prima. Decisivamente as corporações multinacionais têm um grande impacto na estrutura socioeconômica regional.

Quanto ao processo de urbanização, não se observa uma uniformidade regional. Enquanto que alguns municípios apresentam uma taxa de urbanização muito baixa, na ordem de 6%, outros municípios, como Santa Cruz do Sul, apresentam taxas superiores a 80%. Em relação a Santa Cruz do Sul, isto se deve pela sua condição de principal centro industrial da região. O processo de industrialização, no entanto, foi responsável pela intensa migração rural-urbana, bem como pelas migrações intrarregionais, que tinham e continuam tendo a cidade de Santa Cruz do Sul como destino.

Atualmente o modelo de produção agrícola, denominada agricultura convencional, significa agricultura de fertilizantes artificiais, herbicidas, pesticidas, além de criação animal de forma intensiva, vive um período de crise por mostrar-se uma atividade altamente insustentável. Insustentável porque é degradante ao meio e depende de altos *inputs* energéticos, de insumos externos, com custos elevados e sérios reflexos sociais.

A comercialização da produção adotada na fomicultura gera os chamados “contratos de parceria”, em que a produção da família rural já possui um comprador certo, fazendo com que o agricultor não necessite dispensar preocupações com a comercialização de seu produto. Essa prática naturalmente prejudica a introdução de novas culturas, como as

agroecológicas, pois os produtores muitas vezes estão desacostumados a enfrentar um mercado instável, uma vez que a “facilidade” da garantia da compra da produção pelas empresas do tabaco acaba por inibir a iniciativa destes produtores, na busca de novos mercados para seus produtos.

Em relação às experiências agroecológicas da região em análise, deve-se melhorar a infraestrutura e a organização das experiências já em curso, assim como criar estímulos para que elas possam ser expandidas. Esta é uma tarefa com um alto grau de complexidade, pois para a implantação e consolidação de uma nova matriz produtiva, é necessário (re)pensar a organização dos produtores, as formas associativas, a assistência técnica, os canais de distribuição e a comercialização, assim como as estratégias de *marketing* e de divulgação.

Nesta perspectiva, para que sejam viabilizadas novas formas de desenvolvimento da agroecologia na região, políticas de parcerias deverão ser fomentadas, tanto entre agricultores, quanto entre os agentes promotores desta prática (associações comunitárias, sindicatos, organismos governamentais e não governamentais, dentre outros). É a partir da união dos esforços destes agentes que poderá se obter acesso a crédito, técnicas adequadas e mercado consumidor.

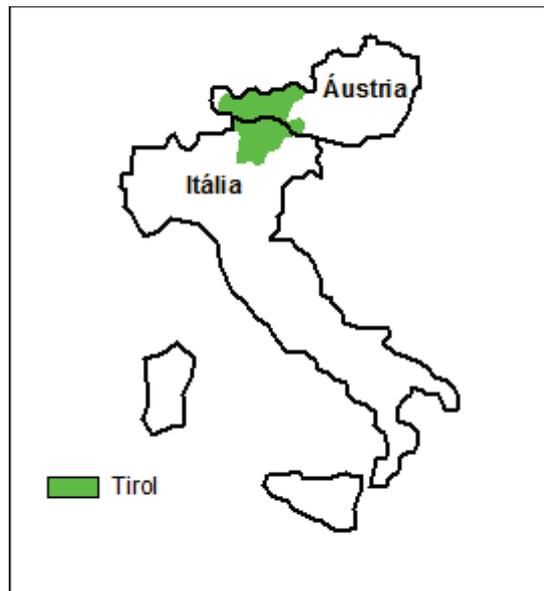
4.2 Desenvolvimento rural no contexto da região do Tirol

A Itália limita-se ao norte com Suíça e com a Áustria, a leste com a Eslovênia, com o Mar Adriático (através do qual contata também com a Croácia, Sérvia e Montenegro (antiga Jugoslávia), Albânia, e com o Mar Jônico, que a separa da Grécia). A Itália limita-se ao sul com o Mar Mediterrâneo (incluindo o Canal de Malta que separa a Sicília de Malta), com o Mar Tirreno e com o Mar da Ligúria (ambos separando o território peninsular das ilhas da Sicília e Sardenha e da ilha francesa da Córsega). Finalmente, a Itália limita-se ao oeste com a França.

A Itália tem uma economia industrial diversificada com um rendimento total e *per capita* mais ou menos igual ao da França ou do Reino Unido. Esta economia capitalista permanece dividida entre um norte industrialmente desenvolvido, dominado por empresas privadas, e um sul agrícola, com uma taxa de desemprego de 20%. Por comparação com os vizinhos da Europa Ocidental, tem um grande número de pequenas e médias empresas. Em torno de 98% da população italiana são descendentes de italianos. Minorias incluem alemães que vivem na região de Trentino-Alto Adige, e eslovenos, que vivem na região de Trieste, bem como descendentes de franceses, que vivem na região de Valle D’Aosta (Figura 2).

O Südtirol, para os 330 mil habitantes de língua germânica, ou Alto Adige para os 135 mil que preferem o italiano, é uma região que, geograficamente, faz fronteira ao norte e este com a Áustria (Tirol Setentrional e Salzburgo), a sudeste com Vêneto (província de Bellino), ao sul com Trento, a oeste com a Suíça (Cantão Grisões) e a sudoeste com a Lombardia (Sondrio). Pertenceu à Áustria por muitos séculos, tendo sido anexada pela Itália em 1918, após a I Guerra Mundial.

Figura 2 – Região Tirol



Fonte: Elaborado pela autora.

Durante a última década, a Itália seguiu uma política fiscal apertada a fim de cumprir os critérios da União Econômica e Monetária e beneficiou de taxas de juros e de inflação mais baixas, levando à adesão ao Euro desde o início, em 1999. O desempenho econômico da Itália atrasou-se em relação aos seus parceiros da União Europeia, e o atual governo pôs em prática numerosas reformas de curto prazo destinadas a aumentar a competitividade e o crescimento da economia em longo prazo.

Segundo levantamento de dados primários (2012), o Südtirol produz cerca de 18.500 hectares e 950.000 toneladas de maçã por ano. Os pomares na região do Tirol possuem uma rentabilidade elevada, geralmente superior a 50 ton/ha, podendo em algumas propriedades ter produtividade superior a 60 ton/ha. Essa produtividade elevada encontra-se diretamente relacionada com a alta densidade da produção.

A Província Autônoma de Trento (Trentino) é uma das províncias mais ricas da Itália e da Europa. Sua autonomia garante uma excelente qualidade de vida e sua posição geográfica alpina (com clima mais ameno) lhe garante um fluxo turístico constante. A população, outrora predominantemente rural, ocupa hoje postos nas indústrias e na prestação de serviços. A produção agrícola trentina é, contudo, forte e moderna, com destaque para a produção de renomados vinhos, queijos, frios, maçãs e diversas frutas de clima temperado.

Sua vizinha Província Autônoma de Bolzano (*Alto Adige* ou *Südtirol* – Tirol Meridional) é também uma das mais ricas províncias italianas e europeias, com excelente qualidade de vida e ensino bilíngue italiano-alemão e nas áreas de língua ladina, é ensinado o idioma dessa minoria linguística (existente também no Trentino – *Val di Fassa*). Sua economia, assim como a trentina, é baseada no turismo, mas há destaque para a indústria e para a forte e sofisticada produção agrícola.

Atualmente, a Região Trentino-Alto Adige/*Südtirol* e o Estado do Tirol (Áustria) possuem um escritório comum nas Nações Unidas e uma representação no governo da União Europeia. Trata-se da *Euregio Tirol* (Região europeia do Tirol), um projeto de cooperação mútua e de vínculo, no intuito de perpetuar a história e os costumes da região tirolesa. Diversos acordos

(políticos, educacionais e culturais) entre Trento, Bolzano e Innsbruck foram firmados e buscam, assim, preservar a identidade local.

Bolzano é a capital da Província do Alto Adige, segundo os italianos, ou Súdtirol, de acordo com os austríacos. É um território anexado pela Itália após a 1ª Guerra Mundial, com elevada qualidade de vida onde as atividades principais são o turismo, o artesanato e a agricultura, com algum peso no setor terciário. No setor agrícola predominam atividades pecuárias (239 mil ha), vitivinicultura (5 mil ha) e fruticultura (18 mil ha), sendo esta última a atividade mais importante em termos da riqueza produzida. O número total de explorações é de 26.600, sendo 97% do tipo familiar. O número de explorações frutícolas é 8.000, com uma área média por exploração pouco superior a 2 hectares e um número médio de 3 parcelas por exploração. Do total das explorações 40% têm área inferior a 2 ha e 60% têm menos de 5 ha. A produção média ultrapassa as 50 toneladas/hectare.

Sendo o fator terra com aptidão frutícola um bem escasso, o preço por hectare atinge valores verdadeiramente astronômicos e quase irreais – 350.000 euros – o que faz com que o mercado fundiário de compra e de venda, praticamente, não exista. No que concerne à fruticultura, cujo forte desenvolvimento ocorreu no período compreendido entre o final dos anos cinquenta e o princípio da década de sessenta, pode dizer-se que é a atividade agrícola economicamente mais importante, como, aliás, se demonstra pelos 18 mil hectares ocupados e pela produção anual de 900 mil toneladas, cifra que, por si só, representa metade do total do país, 16% da Europa.

Tendo em vista que a produtividade média é de 50 toneladas/hectare, facilmente se deduz que esse quantitativo só é atingível com o recurso à utilização de tecnologias de ponta, das quais se realça a qualidade e a uniformidade do material vegetativo utilizado (produzem-se 5.000.000 de plantas/ano) e a densidade de plantação superior a 3000 árvores/ha, dois aspectos que estão intimamente relacionados.

Ainda que a produção se faça a partir de um conjunto diversificado de variedades, as macieiras do grupo Golden – Reinders e Clone B – continuam a ser as mais utilizadas (36%), seguidas dos grupos Gala (19%) – Schenitzer e Brookfield; Red Delicious (15%) – Erovan e Sandige; Fuji (10%) – Kiku 8; e Granny Smith (8%). Os restantes 12% integram variedades como a Pink Lady (5%), Braeburn (5%) e Jonagored (2%).

Face aos mercados de destino, os produtores de Bolzano têm de se manter permanentemente atualizados relativamente às exigências decorrentes dos hábitos alimentares dos consumidores e das preocupações com os modos de produção. Para responder a esses imperativos, 95% da produção é feita segundo as normas da “produção integrada” e 90% está certificada pelo sistema EUREPGAP. Existem também 450 hectares submetidos ao modo de produção biológico com a produção total de 14.000 toneladas, assegurada por 140 produtores e com resultados financeiros da ordem dos 12 milhões de euros.³

Quanto à disponibilidade comercial de novas variedades, ela está assegurada pela renovação dos pomares, que é realizada à média de 8% por ano e sempre que a sua idade atinge 12-15 anos. Refira-se que, ao contrário do que sucede em Portugal, Espanha ou França, por exemplo, em Bolzano não existem quaisquer apoios financeiros para a instalação

3 Refere-se a “European Retailers Produce Working Group”, que preparou um protocolo de boas práticas agrícolas [Good agricultural practices – GAP], que devem ser seguidas pelos produtores, que recebem certificação de uma terceira parte. O protocolo de boas práticas agrícolas do EUREPGAP é considerado um código de conduta e já é adotado para a certificação. Trata-se, portanto, de um modelo de certificação, documento normativo, baseado nas boas práticas agrícolas.

das plantações, fato que acentua ainda mais a importância socioeconômica que o sector tem naquela região.

A produção e a comercialização da maçã estão organizadas em duas grandes associações de produtores, ambas criadas em 1997 e é nestas organizações que reside a base do sucesso frutícola da região. A primeira – a VOG Terlan é uma organização de produtores que agrega 22 cooperativas e conta com 5.651 produtores associados, que exploram 10.663 hectares. Comercializam anualmente 550 mil toneladas de maçã, o que corresponde a 350 milhões de euros. Esta unidade é responsável pela comercialização de 63% da produção total da região. A segunda – a VIP Laces, situada em Vale Venosta é constituída por 9 cooperativas, conta com 1.885 produtores e representa uma produção de 260 mil toneladas (28%) obtida em 4.800 ha. O restante da produção da região é comercializado em leilão (7%) e por comerciantes (2%), assumindo um caráter residual.

Estas organizações, além de ter uma influência muito positiva nos resultados econômicos finais, permitem desenvolver outras iniciativas em prol de uma fruticultura moderna e competitiva. Dentre essas iniciativas destaca-se o Consórcio de Inovação Varietal, que assegura o estudo, experimentação e avaliação de novas variedades, com a finalidade de adotar aquelas que apresentem características mais interessantes para a região. Os membros constituintes deste Consórcio provêm das referidas organizações de produtores, do departamento provincial do Ministério da Agricultura, da Estação Experimental de Lambuirg e do Consórcio de Assistência Técnica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o atual quadro de impactos ambientais e de problemas sociais, a partir da década de 1970, os resultados da aplicação das estratégias convencionais de desenvolvimento já começavam a se mostrar insuficientes para dar conta das crescentes condições de desigualdades e de exclusão social. A transição de uma agricultura convencional para uma agricultura orgânica (sustentável) norteia-se para um processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção a um modelo ou estilo de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias.

A ideia de base ecológica se refere a um processo de evolução contínua, multilinear e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção e da interação humana, a transição agroecológica implica não somente a busca de uma maior racionalização econômico-produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada ecossistema, mas também uma mudança nas atitudes e nos valores dos atores sociais em relação ao manejo e à conservação dos recursos naturais. Por incluir considerações de natureza diversa (econômica, cultural, social, política, ambiental, entre outras), o processo de transição agroecológica não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico (COSTABEBER, 1998).

Percebe-se que o desenvolvimento regional baseado apenas no setor urbano/industrial está falido. O falso sonho de atrair médias e grandes indústrias para as pequenas e médias cidades, apostando todos os recursos públicos, buscando gerar empregos e aumentar a arrecadação fiscal está cada vez mais difícil de concretizar. Durante muitos anos, esta perspectiva de desenvolvimento vem norteando as ações de muitas administrações federal, estaduais e municipais, mas é hoje a realidade de um número quase que insignificante de

municípios.

Abramovay (1992) demonstra a importância da produção agropecuária com base no trabalho familiar. O autor reconhece o papel indispensável que o Estado desempenhou nos países desenvolvidos para que os agricultores familiares atingissem tal capacidade produtiva. Não é o mercado o elemento decisivo para este desempenho, mas sim o Estado: o mercado está longe de ser o fator decisivo de alocação dos recursos produtivos na sociedade. Cabe ressaltar que deveria também competir ao Estado, assim como nos países desenvolvidos, o papel de proteger os agricultores familiares através de subsídios para a garantia de competitividade ao atendimento das regras impostas pelo sistema capitalista.

Segundo dados da FAO/INCRA, a agricultura familiar emprega, no Brasil, cerca de 80% das pessoas que trabalham na área rural, representando cerca de 20% do total da população economicamente ativa. Além disso, a geração de um emprego no campo, principalmente na agricultura familiar, representa custo bem mais baixo que a geração de um emprego nas atividades urbanas. Também é responsável pela produção de 80% dos alimentos consumidos no Brasil. Os agricultores familiares, portanto, compõem um importante segmento produtivo, ocupando uma área de 25% das terras agrícolas do Brasil. Ainda segundo dados da FAO/INCRA, há no país 7 milhões de estabelecimentos rurais. Destes estabelecimentos, 6,5 milhões são ocupados por agricultores familiares, com mais de $\frac{3}{4}$ da população rural (FAO/INCRA 2014).

A agricultura familiar fica a mercê de sua integração absoluta ou não ao mercado agrícola. No caso do Brasil, o Estado não paga pelo desenvolvimento deste sistema na agricultura. A questão aqui colocada é que o Brasil, assim como a maioria dos países subdesenvolvidos, não adota medidas de contenção dos impactos do sistema capitalista na agricultura familiar.

Acredita-se que o importante a ser buscado é a explicação e a solução do fato que, segundo Ianni (2005, p. 139), “o trabalhador rural é o elo mais vulnerável, na cadeia do sistema produtivo que começa com sua força de trabalho e termina no mercado internacional”.

Com o incentivo à agricultura, dinamiza-se o desenvolvimento nos outros setores econômicos. Estabelecer um projeto de desenvolvimento municipal ou mesmo regional, baseado na agricultura familiar sustentável não é apenas uma proposta política para o setor rural, é uma necessidade e uma condição de fortalecimento da economia. É o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano.

A agricultura familiar é também a base para o fortalecimento da sociedade civil na área rural. Somente a agricultura familiar pode formar uma grande rede das mais diversas formas associativas que irão consolidar a democratização e a participação da população rural, construindo cidadania no campo.

A busca de desenvolvimento e de uma agricultura sustentável exige uma nova postura e um novo tipo de atuação da sociedade. Portanto, é preciso reconhecer que entre os agricultores e suas famílias existe um saber, um conjunto de conhecimentos que são fundamentais para o desenvolvimento de uma região. Disso resulta que toda a ação deve ser capaz de contribuir para a integração dos diferentes saberes, buscando a construção social de conhecimentos adequados para o desenvolvimento dos potenciais agrícolas de cada ecossistema e dos potenciais de desenvolvimento sustentável presentes em cada comunidade.

[...] Devem ser criadas estruturas que possibilitem o surgimento de consciência ecológica e responsabilidade social dos atores com referência

aos seus espaços de vida, transformando as suas ações imediatas em estratégias duradouras e adaptadas às condições físicas, socioeconômicas e culturais [...] (COY; NEUBURGER, 2000).

No caso da região do Vale do Rio Pardo, constatam-se incipientes experiências agroecológicas que podem ser caracterizadas como alternativas à produção do tabaco. Esta produção garante a continuidade do desenvolvimento regional baseado nos princípios de uma agricultura “moderna”. As experiências agroecológicas na região, porém, ainda carecem do engajamento da sociedade como um todo, o que as tornam vulneráveis frente ao contexto socioeconômico regional atual.

A região em análise apresenta uma importância significativa nas exportações de tabaco. A cadeia possui uma estrutura centrada em oligopólio de capital multinacional que dá suporte à eficiência das relações entre os elos, refletindo-se em termos de mercado externo. O agricultor familiar mesmo inserido no processo de forma parcial encontra-se subordinado e distante dos lucros do capital.

De forma geral, os agricultores familiares do Vale do Rio Pardo necessitam compatibilizar diversos fatores buscando ajustar-se às demandas de um mercado globalizado que estabelece crescentes exigências que dizem respeito à eficiência produtiva, técnica, qualidade e, mais recentemente, à preservação ambiental. Com exceção do aspecto ambiental, o tabaco ainda tem sido o fio condutor que atende aos requisitos mencionados e que imprime identidade à região.

Por entender-se constituir a região e o lugar frações de onde o mundo é empiricamente percebido, o ensaio apresentado tentou corroborar a compreensão de algumas das diferentes formas de empiricização da agricultura globalizada.

Partindo-se do pressuposto de que a dinâmica territorial possui duas dimensões – vertical e horizontal – procurou-se evidenciar que as verticalidades são forças que prevalecem no território da região do Vale do Rio Pardo. Isto significa que o uso econômico é mais importante que o uso social do território, ou seja, os interesses econômicos externos sobrepõem-se aos interesses sociais da região. As verticalidades não consideram o interesse coletivo, não dão ênfase às interdependências, às redes de solidariedade de pessoas e de grupos e às organizações de base local.

A região se apresenta passiva e receptora da cadeia de decisões concebida a partir de fora ou de longe. Os territórios são usados somente como recursos para a satisfação de interesses exteriores à região. Conclui-se que o uso econômico e as verticalidades são mais dominantes em toda a escala local e regional.

Na região do Tirol – segunda região pesquisada – percebe-se a predominância das horizontalidades, ou seja, a agricultura familiar deve ser a base social de um novo desenvolvimento rural construído sobre um novo paradigma. As horizontalidades, segundo Santos (1996, p. 225) são “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região”. Trata-se de um tecido espacial conformado por relações de proximidade, de vizinhanças, de um acontecer homólogo, na qual é possível desenvolver uma solidariedade ativa e aumentar a eficácia política. Dessa forma, as horizontalidades se conformam através de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que se estabelecem nas escalas locais e regionais, nas quais é possível convergir solidariedades locais.

A análise contribuiu para avançar-se na percepção das novas relações de produção, assim como na reestruturação espacial engendrada pela dispersão espacial da produção

agrícola e para a elaboração da síntese dos processos que lhe são pilares. A nosso ver, é possível, também, avançar nos esquemas de análise das novas lógicas na relação produtiva, assim como dos principais processos presentes na base de todas as desigualdades socioespaciais hoje existentes. Isto permite prosseguir, também, na busca de soluções com vistas à outra globalização.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigma do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Ijuí: FIDENE, 1985.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectivas de uma nova Extensão Rural. In: ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.) *Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- COSTABEBER, José Antônio. *Acción colectiva y procesos de transición agroecológica em Rio Grande do Sul, Brasil*. Tesis Doctoral, ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.
- COY, M.; NEUBURGER, M. *As frentes pioneiras na Amazônia brasileira entre globalização e sustentabilidade*. Boletín de Estudios Geograficos 96: 97-123. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2000.
- ELESBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. In - *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*. Vol. XLII - nº87 - p.47-65, 2007. Disponível em: <www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2007-84/84_03.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2011.
- FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Statistical databases*. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- FERNANDES, Bernardo. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005a
- FRANCHINI, A. A.; MOTA, M. M. O Comportamento da Cultura do Fumo no Brasil – Período (1980-2004). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA ESOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto-SP. *Anais do XLIII Congresso da SOBER*, 2005. CD-ROM.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Guerra e Paz, 1982.
- HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF e São Paulo: Contexto, 2002.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- IANNI, Octavio. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980*. v.2. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.127-146. KARNOPP, Erica. *Kleinbauern zwischen konventioneller und ökologischer Landwirtschaft: das Beispiel der Region Vale do Rio Pardo (Brasilien)*. Tübingen, 2004. Tese de Doutorado.

- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Catedra, 1987.
- MÉO, G. Di. *Géographie sociale et territoires*. Paris: Éditions Nathan, 1998.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- RAFFESTIN, C. *Territorialité: concept ou paradigme de la geograpie sociale?* Geographica Helvetica, nº 02, p. 91-96, 1986.
- _____. *Repères pour une théorie de la territorialité humaine*. Cahier Du Groupe Réseaux, nº 07, p. 263-279, 1987.
- _____. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, J. Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Portugal, n. 25/26, 1988.
- ROSTOW, Walt. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- SANTOS, Milton. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. O papel ativo da geografia: um manifesto. *Rev. Território*, LAJET/UFRJ, ano V, n. 9, jul./dez. 2000.
- _____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec – ANPUR. 2002.
- SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Instituto de economia, 1996.
- SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Sobre a autora

Erica Karnopp

Doutora em Geografia pela Universität Tübingen – Alemanha. Docente do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC. E-mail: erica@unisc.br